

## **GOVERNANÇA NACIONAL E REGIONAL DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: EXPERIÊNCIA DOS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA (PALOP)**

### **Progressos nas políticas de Segurança Alimentar**

De um modo geral, a definição de políticas de combate à fome e pobreza intensificou-se consideravelmente na última década em decorrência das prioridades e compromissos assumidos pelos países. No caso dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) – Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe –, cada país tem dado claros sinais de empenho político em matéria de SAN. Embora em estágios diferenciados, todos esses países estão neste momento envolvidos em processos de formulação e/ou implementação de políticas nacionais de SAN.

O estágio mais avançado é o de **Moçambique** que aprovou em 1998 a sua Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN) e o seu correspondente Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PASAN). Essa estratégia foi revista no ano 2007 (Resolução nº 56/2007 de 16 de Outubro) dando lugar à ESAN II para o período 2008-2015. Em termos institucionais foi criado o Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) que é um órgão intersectorial para apoiar a implementação da política que conta com a participação da sociedade civil.

Em **Cabo Verde** a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (ENSA) e o seu correspondente Plano Nacional de Segurança Alimentar (PNSA) para o período 2003-2015 foram aprovados em 2004 (Resolução 6/2004 de 18 de Fevereiro). Em 2006 foi efectuada uma revisão do PNSA para o período 2007-2011 a qual estabeleceu as bases para a criação de dois mecanismos intersectoriais para implementar a política: i) o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CNSA); e a Rede Nacional de Segurança Alimentar (RNSA). Prevê-se que ambos os mecanismos entrem em funções no ano 2010.

Em **Angola** a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) para o 2010-2015 foi aprovada pelo Conselho de Ministros em 2009. Este instrumento definiu as bases para a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN).

Na **Guiné-Bissau**, o Governo assumiu já o forte compromisso político de formular uma política nacional abrangente nessa matéria e tem já em andamento a formulação do seu Programa Nacional de Segurança Alimentar.

Em **São Tomé e Príncipe** o Governo também já tomou a decisão de formular uma política nacional de SAN, tendo para tal solicitado formalmente apoio técnico à FAO.

#### **A experiência de Angola na formulação da política**

Em Angola, a formulação da ENSAN foi coordenada pelo Ministério da Agricultura e contou com a participação de outros dez ministérios e da sociedade civil. A **ENSAN** é uma estratégia intersectorial que pretende promover a coordenação de todas as iniciativas em matéria de segurança alimentar e nutricional. É composta por cinco eixos estratégicos que abordam todas as dimensões da segurança alimentar, incluindo o seu quadro institucional. O **PASAN** é um instrumento de carácter transversal e intersectorial que descreve as acções concretas para a implementação prática da ENSAN. O **CONSAN** é o órgão máximo, de natureza consultiva, em matéria de segurança alimentar e nutricional e instância de concertação e negociação política.

Para além dos progressos a nível nacional, cabe sublinhar também o avanço político em matéria de segurança alimentar ao nível da **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)** onde, além dos PALOP, se inserem também o Brasil, Portugal e Timor-Leste. A CPLP está neste momento a avançar com a

criação de um Grupo de Trabalho sobre Segurança Alimentar e Nutricional e Agricultura Familiar e encontra-se a discutir uma proposta de Plano de Acção de Segurança Alimentar a nível regional.

## **Estruturas de governabilidade para a segurança alimentar**

---

No caso dos PALOP, como em outros países, as estruturas de governabilidade criadas no âmbito das estratégias nacionais de segurança alimentar assumem a forma de conselhos intersectoriais que promovem a articulação entre Governo e os diferentes actores – incluindo sociedade civil, agências internacionais e, nalguns casos, sector privado – na gestão e controlo das políticas públicas.

### **A experiência de Moçambique no diálogo político**

Em Moçambique, o **SETSAN** foi criado para coordenar a implementação da ESAN. Esta estrutura propõe-se coordenar todas as actividades relacionadas com a planificação de intervenções às populações em situação de insegurança alimentar, a formulação de políticas e a avaliação e monitoria das respectivas acções. O SETSAN possui também estruturas ao nível das províncias (SETSAN-Regionais), com estrutura semelhante ao SETSAN-Central. Esta estrutura é muito importante pois procura actuar como organismo articulador em matéria de SAN, possuindo representantes de vários ministérios, da sociedade civil e dos organismos internacionais, o que resulta numa importante instância de diálogo no país.

Em **Moçambique** a estrutura de governabilidade criada para apoiar a implementação da política de SAN é o Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN). Trata-se de um órgão intersectorial composto por representantes dos vários sectores do governo, pela sociedade civil e organismos internacionais. Os seus membros são chamados a participar nas reuniões do SETSAN sempre que necessário para discutir os progressos ou ajustes na implementação da política nacional de SAN. Para além do diálogo político, esta estrutura desempenha também um papel técnico através da intervenção de grupos de trabalho temáticos. O SETSAN possui uma

intervenção descentralizada através da reprodução da estrutura central ao nível das províncias. Em termos institucionais o SETSAN está vinculado ao Ministério da Agricultura, embora esteja a ser discutida a proposta de a liderança passar para o nível do Primeiro-Ministro.

A estratégia nacional de **Angola** lançou as bases para o estabelecimento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN) como órgão máximo de diálogo e negociação política. Prevê-se que esta estrutura de governabilidade esteja vinculada institucionalmente ao mais alto nível e seja composta pelos representantes dos vários Ministérios, por representantes da sociedade civil e das agências internacionais com intervenção no país. O CONSAN terá também uma intervenção descentralizada através da conformação de estruturas homólogas ao nível das províncias e municípios.

No caso de **Cabo Verde**, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CNSA) funciona como órgão consultivo que reúne diferentes sectores do Governo, sociedade civil, sector privado e agências internacionais para a implementação da política de SAN. Para apoiar a intervenção do CNSA está prevista a institucionalização da Rede Nacional de Segurança Alimentar (RNSA) que terá uma intervenção a nível municipal e provincial para fazer o seguimento e avaliação da implementação da política.

Na **Guiné-Bissau**, o Programa Nacional de Segurança Alimentar actualmente em discussão prevê a criação de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar.

Ao nível da **CPLP**, a decisão de conformar um grupo de trabalho com a participação de representantes dos governos e da sociedade civil para tratar o tema da segurança alimentar revela-se uma enorme oportunidade para aprofundar o diálogo político a nível regional enquanto plataforma de multisectorial e multitemática.

## A intervenção das Redes Temáticas da Sociedade Civil

No caso dos PALOP, como em outros países, a formulação das políticas nacionais de SAN e a correspondente construção da governabilidade através de conselhos nacionais, provinciais e municipais intersectoriais com a participação da sociedade civil tem sido acompanhada pelo fortalecimento de redes temáticas da sociedade civil para a segurança alimentar.

Estas redes são compostas por uma multiplicidade de actores sociais que trabalham questões transversais à segurança alimentar (acesso a terra, água e saneamento, saúde, género, educação, biodiversidade, combate à pobreza, acesso ao crédito, etc.) e englobam uma diversidade de organizações (associações, organizações de base comunitária, sindicatos, ONGs, redes, sindicatos rurais, movimentos sociais, etc.) em representação de diferentes grupos vulneráveis (mulheres, povos indígenas, pessoas que vivem com HIV/SIDA, jovens, agricultores, pastores, comunidades piscatórias e habitantes das florestas).

A união de esforços entre diversos actores e a complementaridade proporcionada pela diversidade temática e organizacional abriu novas perspectivas de participação social na definição de políticas. No caso dos PALOP, estas redes temáticas da sociedade civil têm demonstrado ser um mecanismo importante, tanto em termos de aprofundamento da cidadania e participação social, como de influência política, pois facilitam a abertura dos governos ao diálogo para a implementação efectiva dos marcos institucionais e legais do direito humano à alimentação e segurança alimentar. Como exemplo veja-se o recente compromisso assinado a 4 de Março de 2010, para uma resposta acelerada para a prevenção da desnutrição crónica em Moçambique entre a sociedade civil que envolveu também Agências das Nações Unidas, Parceiros de Desenvolvimento e Sector Privado.

### A experiência de São Tomé e Príncipe na mobilização social para a segurança alimentar

A Rede da Sociedade Civil para Segurança Alimentar e Nutricional de São Tomé e Príncipe (**RESCSAN**) foi lançada publicamente por altura do Dia Mundial da Alimentação, 16 de Outubro de 2008. Trata-se de uma estrutura que reúne 20 organizações com objectivo de promover o diálogo junto ao Governo e parceiros de desenvolvimento sobre as questões ligadas à segurança alimentar e nutricional. A mais-valia desta rede passa pela diversidade dos seus membros os quais são especializados em diferentes áreas relacionadas com a SAN (agricultura, pescas, mulheres, recursos naturais, saúde, educação, etc.). A organização em rede de diversos actores aumentou a sua capacidade de diálogo para intervir na discussão

A metodologia de trabalho em rede constitui uma importante ferramenta de trabalho para articular as reivindicações da maioria dos grupos vulneráveis, permitindo a discussão com outras partes interessadas, e trazendo as preocupações daqueles que não têm voz para os fóruns nacionais, regionais e internacionais. Para além do trabalho a nível nacional, estas redes temáticas da sociedade civil dos PALOP assumiram também uma intervenção conjunta a nível regional e internacional através da sua articulação na Rede Regional de Segurança Alimentar dos PALOP. Em seguida resume-se a institucionalidade da segurança alimentar no âmbito dos PALOP.

	Instrumento de Política	Espaço Institucional	Rede Temática da Sociedade Civil
<b>Angola</b>	Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN)	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN)	Rede da Sociedade Civil para a de Segurança Alimentar de Angola
<b>Cabo Verde</b>	Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (ENSA)	Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CNSA)	Plataforma das ONGs de Cabo Verde (PONG's)
<b>Moçambique</b>	Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN)	Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN)	Rede de Organizações pela Soberania Alimentar (ROSA)
<b>Guiné-Bissau</b>	Programa Nacional de Segurança Alimentar ( <i>em formulação</i> )	Conselho Nacional de Segurança Alimentar ( <i>em formulação</i> )	Rede para a Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional da Guiné-Bissau (RESSAN-GB)
<b>São Tomé e Príncipe</b>	Programa Nacional de Segurança Alimentar ( <i>em discussão</i> )	<i>Em discussão</i>	Rede da Sociedade Civil para Segurança Alimentar e Nutricional de São Tomé e Príncipe (RESCSAN)
<b>CPLP</b>	Plano de Acção de Segurança Alimentar da CPLP	Grupo de Trabalho sobre Segurança Alimentar	Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar nos PALOP

## Lições aprendidas

---

- **A conformação de Conselhos Intersectoriais com participação da sociedade civil e outros actores a nível nacional, provincial e municipal tem-se revelado um bom exemplo de estruturas de governação para a segurança alimentar.**

A existência de espaços públicos de participação promove um maior contacto e interacção entre governo e sociedade civil, levando a que inúmeros sectores sociais excluídos tenham acesso a outras formas de representação. Estes espaços públicos aumentam o diálogo e concertação nas políticas de SAN.

- **A organização da sociedade civil em Redes Multitemáticas para a segurança alimentar aumentou a sua capacidade de diálogo e participação nas políticas.**

A união de esforços entre várias organizações conformando redes temáticas que actuem a diferentes níveis reforça de forma muito clara a sua capacidade de intervenção ao nível das políticas, porque lhes possibilita funcionar como interlocutores junto de governos, doadores e organismos internacionais de forma mais eficaz. A enorme diversidade de organizações (Associações, ONGs, redes, sindicatos, Universidades, etc.) que interagem no interior do sistema de SAN abrange uma enorme diversidade de temáticas constituindo um importante manancial determinante para trabalhar em conjunto com os governos em prol da segurança alimentar da população.

- **Para além do nível nacional, também a nível regional se revela importante o fortalecimento de mecanismos e estruturas de governabilidade para a segurança alimentar.**

Pese embora as especificidades económicas, sociais e políticas próprias de cada país há determinados pontos em comum que justificam este trabalho em conjunto, tanto ao nível da formulação de políticas como de intervenção social. No caso da CPLP, as afinidades histórico-culturais e a existência de um idioma comum permitem-lhes partilhar um mesmo espaço de língua portuguesa e manter laços de amizade e cooperação com benefícios mútuos. Isso constitui uma verdadeira oportunidade para aprofundar o trabalho também em matéria de SAN, designadamente ao nível da cooperação Sul-Sul.

## Desafios para o futuro

---

- Avançar de forma efectiva com a criação dos espaços institucionais de participação consagrados nas políticas de SAN já aprovadas e, em alguns casos, suportada por legislação respectiva.
- Avançar de forma efectiva para uma visão intersectorial da segurança alimentar evitando uma dependência exclusiva dos Ministérios da Agricultura na condução das políticas. Para isso as estruturas de governabilidade devem estar vinculadas institucionalmente a nível supra-ministeral.

- Aumentar a partilha informação e conhecimento em matéria de SAN e intensificar a trocar experiências entre os países, tanto ao nível dos governos como da sociedade civil, designadamente ao nível da cooperação Sul-Sul.
- Reforçar os processos de construção de capacidades no seio das Redes Temáticas da sociedade civil.

**Luanda, Angola, 5 de Maio de 2010**

---

**ACTUAR – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento (Portugal)**

**ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente de Angola (Angola)**

**IFSN – International Food Security Network/Rede Internacional de Segurança Alimentar (Rede Global)**

**PONGs – Plataforma das ONGs de Cabo Verde (Cabo Verde)**

**RESCSAN - Rede da Sociedade Civil para Segurança Alimentar e Nutricional de São Tomé e Príncipe (São Tomé e Príncipe)**

**ROSA – Rede de Organizações para a Soberania Alimentar de Moçambique (Moçambique)**

**RESSAN-GB - Rede para a Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional da Guiné-Bissau (Guiné-Bissau)**



The International Food Security Network (IFSN) project, co-funded by the European Commission (EC) and implemented in partnership with more than 1.400 local and national civil society organizations, has the main objective of strengthening national and regional food security and sovereignty networks in order to, through a joint lobby, influence (at national regional and international levels) the implementation of the right to food in countries of the South.